



Nota à Comunicação Social n.º 17/2022
08 MAR 22 | 12h30

MISSÃO DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÓMICA

congratula-se com a criação do novo quadro regulador nacional e incentiva o reforço do quadro jurídico da proteção radiológica e segurança nuclear

Uma equipa de especialistas da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) declarou que Portugal melhorou seu quadro regulador para segurança nuclear e proteção radiológica, através do estabelecimento do novo órgão regulador. A equipa fez também recomendações para melhorias adicionais ao sistema regulador. O País deve, por exemplo, adotar uma abordagem de longo prazo para a proteção radiológica e adotar uma estratégia nacional abrangente para a gestão de resíduos radioativos.

A equipa da missão Integrated Regulatory Review Service (IRRS), composta por especialistas em segurança nuclear e proteção radiológica concluiu na quarta-feira a sua missão de onze dias para avaliar o quadro regulador de proteção radiológica em Portugal. A missão, que foi a primeira deste tipo ao país, foi realizada a pedido do Governo de Portugal.

Portugal utiliza fontes de radiação em aplicações médicas e industriais, bem como em atividades científicas e de investigação. O Reator Português de Investigação (RPI), única instalação deste tipo no país, encontra-se desativado e em transição para o desmantelamento. Os resíduos radioativos e as fontes radioativas fora de uso são armazenados numa instalação nacional de gestão de resíduos radioativos.

A equipa reuniu-se com representantes da APA e da IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. O novo regime jurídico, publicado em 2018, definiu as duas entidades como autoridade competente e autoridade inspetiva, respetivamente, do órgão regulador nacional. Este quadro regulador substituiu o regime anterior, estabelecido em 2002 que não definia um órgão regulador independente.

"Portugal demonstrou o seu compromisso com a segurança nuclear e proteção radiológica ao solicitar, pela primeira vez, uma revisão internacional por pares da sua supervisão reguladora da segurança das instalações e atividades nucleares e radiológicas", disse Peter Johnston, Diretor da Divisão de Segurança de Radiação, Transporte e Resíduos, na reunião de saída da missão.

As missões IRRS são projetadas para fortalecer a eficácia da infraestrutura reguladora nacional para a proteção radiológica e segurança nuclear, com base nas normas de segurança da AIEA e boas práticas internacionais, reconhecendo a responsabilidade de cada país em garantir a segurança nuclear e a proteção radiológica.

"Portugal deu grandes passos durante os últimos anos para melhorar a sua supervisão reguladora através de desenvolvimentos no quadro legislativo e regulamentar, incluindo a criação do novo órgão regulador", disse o líder da equipa, Mika Markkanen, Consultor Principal, da Autoridade de Segurança Nuclear finlandesa (STUK). "Confiamos que, dando continuidade ao trabalho já em curso, Portugal vai dar resposta às restantes recomendações".

Esta missão é também um marco do programa conjunto da Comissão Europeia e da AIEA para incentivar missões de revisão por pares em todos os Estados Membros da União Europeia (UE).





As missões desta natureza são obrigatórias para todos os membros da EURATOM. Com a participação de Portugal, todos os membros da UE cumpriram esta obrigação no ciclo atual.

"A APA congratula-se com a revisão da Missão IRRS do nosso novo quadro regulador e do grau de implementação dos padrões de segurança da AIEA em Portugal", disse Nuno Lacasta, Presidente da APA. "Os contributos dos especialistas identificaram oportunidades para melhorar ainda mais o quadro regulador, com vista a manter um alto nível de segurança para o público, trabalhadores, pacientes e o ambiente".

José Brito e Silva, Inspetor-Geral da IGAMAOT, destacou a excelente, *"contínua e consistente colaboração e cooperação institucional a nível nacional e internacional"* e sublinhou *"a importância da missão IRRS para melhorar o desempenho e sucesso do IGAMAOT no cumprimento da sua missão"*.

A equipa de onze membros da Missão IRRS foi composta por especialistas com larga experiência na área, oriundos da Austrália, República Checa, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Eslovénia e Espanha, e de três funcionários da AIEA. A equipa efetuou entrevistas e discussões com funcionários da APA e da IGAMAOT, e observou ações inspetivas numa unidade de saúde, numa instalação industrial e numa instalação de gestão de resíduos radioativos.

A Missão IRRS identificou várias recomendações e sugestões para melhorar ainda mais o sistema regulador português, bem como a sua eficácia, em linha com as normas de segurança da AIEA, incluindo:

- O Governo deve estabelecer uma política nacional abrangente e estratégias para a segurança e para gestão de resíduos radioativos, por forma a consolidar seu compromisso de longo prazo com a segurança;
- O Governo deve assegurar que o quadro legislativo para a segurança seja mantido e melhorado sistematicamente em conformidade com os padrões de segurança da AIEA;
- O órgão regulador, composto pela APA e IGAMAOT, deve desenvolver e implementar um sistema de gestão para todos os processos reguladores, adotando uma abordagem graduada com base nas circunstâncias e riscos individuais de cada prática;
- O órgão regulador deve considerar a finalização de um acordo formal entre APA e IGAMAOT para coordenar suas atividades de forma mais eficaz.

A equipa IRRS considerou um bom desempenho em Portugal o facto de os Planos de Emergência Internos dos titulares serem analisados também pelos especialistas em preparação e resposta a emergências da APA.

O relatório final da missão será entregue ao Governo em cerca de três meses. O governo de Portugal tenciona tornar o relatório público.

Normas de Segurança da AIEA

As normas de Segurança da IAEA fornecem uma estrutura robusta de princípios, requisitos e orientações fundamentais para garantir a proteção radiológica e segurança nuclear. Refletem um consenso internacional e servem como referência global para proteger as pessoas e o ambiente dos efeitos nocivos das radiações ionizantes.

###

media@apambiente.pt

Rua da Murgueira 9 – Zambujal - Alfragide

2610-124 Amadora

(+351) 214728200

apambiente.pt

Proteja o ambiente. Pense se é mesmo necessário imprimir este email!

